

Intervenção em nome das organizações promotoras da Manifestação "Paz no Médio Oriente! Palestina Independente!", em 14 de Janeiro de 2024, em Lisboa

Três meses e uma semana. Cem dias. Duas mil e quatrocentas horas. Cento e quarenta e quatro mil minutos. Cada manhã é mais dolorosa, cada momento é mais insuportável, a revolta a crescer a cada instante na exacta medida em que a matança se vulgariza, que, na perversa produção de “notícias”, a chacina abandona as primeiras páginas e a abertura dos noticiários e os discursos normalizadores procuram silenciar as vozes dissonantes.

Mais de 23 mil mortos e 58 mil feridos. Mais de 2 milhões de desalojados. A violência mais desabrida, cruel e inclemente, numa alucinada exibição de prepotência que não conhece limites, ameaça lançar o Médio Oriente num abismo de guerra, destruição e horror. São, claro, os bombardeamentos, maciços e indiscriminados, os ataques a hospitais e centros de saúde, a agências das Nações Unidas e organizações humanitárias, a destruição de casas, bairros inteiros, escolas, mesquitas e igrejas, património cultural. O uso de armas proibidas, fósforo branco e munições de grande efeito destrutivo cujo uso em zonas residenciais é proibido pelas convenções internacionais. O assassinato de médicos e de outros profissionais de saúde, de funcionários das Nações Unidas, de jornalistas. A privação de alimentos, de água e de medicamentos, com o alastramento consequente da fome e das doenças.

Tudo isso e o mais que sabemos, mas que a comunicação social dominante silencia: as execuções sumárias e os massacres, a pilhagem dos bens nas casas abandonadas pelas famílias palestinas, as prisões em massa, as sevícias e as humilhações, a tortura e os constantes maus tratos dentro dos cárceres israelitas, a destruição das infra-estruturas nos campos de refugiados e nas vilas e cidades da Margem Ocidental. Israel também semeia o desemprego e a pobreza entre os trabalhadores palestinos. São já quase 400 mil os empregos destruídos desde o intensificar da violência. Número que aumenta a cada dia que passa.

Tudo, tudo isso e mais a verborreia genocida em Israel a apelar à aniquilação do povo palestino e sua expulsão da sua terra, como está a ser denunciado perante o Tribunal Internacional de Justiça de Haia, por iniciativa meritória da África do Sul, hoje liberta do Apartheid.

Sabemos que nada disto é novo. Há quem queira apagar a longa história de ocupação, colonização e expulsão dos palestinos promovida pelo sionismo e começar a contagem do tempo apenas a partir de Outubro. Mas a agressão tem hoje uma escala e uma dimensão que o povo palestino só conheceu nos anos da Nakba. E, porém, os Estados Unidos da América e os seus aliados, nomeadamente na União Europeia, negam, silenciam, justificam, ou apoiam a carnificina. Todos eles são responsáveis,

contrariando o clamor dos povos do mundo, bem expresso nas votações na Assembleia Geral da ONU. Todos os governos que apoiam materialmente, que financiam, que deram ou venham a dar apoio militar e logístico à agressão de Israel ao povo palestino são igualmente cúmplices do que configura ser um crime de genocídio e devem por isso ser responsabilizados.

As notícias dos últimos dias, nomeadamente os bombardeamentos dos Estados Unidos da América e do Reino Unido contra o já tão martirizado Iémen, confirmam que cada dia que passa torna mais ameaçador o perigo de uma guerra generalizada no Médio Oriente, com consequências catastróficas para os seus povos e repercussões no mundo inteiro. E que ninguém se iluda: na Palestina há um povo a lutar pela sua sobrevivência, a suportar uma agressão com uma brutal violência, com um imenso saldo de vítimas no banquete de morte com que Biden e Netanyahu e os seus cúmplices se comprazem.

A luta do povo palestino é mais do que apenas a luta do povo palestino. Nos dias que correm, a sua luta encerra a afirmação de que a resistência contra a dominação e as injustiças é um direito inalienável e imprescritível, constitutivo da própria condição humana, que a ninguém pode ser negado. Lá em Gaza, em Hebron ou em Nablus, é a nossa própria dignidade que está a ser aviltada e o nosso próprio direito a resistir à opressão, a todas as formas de opressão, que está a ser ameaçado. “A nossa liberdade nunca estará completa sem a liberdade dos palestinos”, disse Mandela.

A solidariedade com a causa nacional do povo palestino, com o seu direito a viver em paz na sua terra, livre de opressão, de discriminação e colonização, conforme o direito internacional estabelece, é um imperativo de consciência e um acto de determinação. Mas é também um contributo para a defesa dos valores da Revolução de Abril cujo cinquentenário este ano comemoraremos. Valores consagrados constitucionalmente, como “a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos” ou “o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão”.

Não se esqueça o que disse o poeta palestino Tawfiq Zayad: “nós ficaremos!”. Continuaremos a exigir um cessar-fogo imediato e permanente e o fornecimento sem entraves de ajuda humanitária. Continuaremos a levar abandeira da Palestina a todos os lugares, a informar e a esclarecer, a denunciar os crimes de Israel, a acusar as mentiras e as cumplicidades, a exigir um posicionamento da Assembleia da Republica, do Governo e do Presidente da República consoante os princípios da Constituição Portuguesa, incluindo o reconhecimento e cumprimento dos direitos nacionais do povo palestino e a responsabilização de Israel pelo respeito do direito internacional e do direito internacional humanitário.

Aqui estamos, aqui seguimos, braço dado com o povo palestino. Como o escritor palestino Refaat Alareer nos pediu no último poema que nos deixou, continuaremos a pronunciar os seus nomes. Não soltaremos a mão de ninguém.